



Acordo entre a UE e a Índia foi alcançado na manhã desta terça-feira em Nova Deli.

Índia vale agora 270 milhões em exportações. Peso vai crescer

Mega-acordo comercial entre a UE e Índia vai permitir às empresas portuguesas exportar mais e de forma mais simples e barata para este gigante asiático. Redução de tarifas dá incentivo para um reforço das vendas de máquinas e produtos químicos e incentiva exportações de novos produtos, como vinho e azeite.

JOANA ALMEIDA
JoanaAlmeida@negocios.pt

A União Europeia (UE) e a Índia chegaram esta terça-feira a um acordo comercial histórico, que vai permitir a Portugal reforçar as trocas comerciais com o “país dos marajás”. As exportações portuguesas para a Índia

valem atualmente mais de 270 milhões de euros, em bens e serviços, e é de esperar que tenham um salto significativo com a UE a abrir portas a uma economia que está em rápido crescimento.

O acordo assinado em Nova Deli prevê a eliminação de tarifas sobre mais de 90% das exportações de mercadorias da UE para a Índia, com destaque para maquinaria, produtos farmacêuticos, plásticos, carne de

carneiro e borrego, pão e chocolate. Há ainda um corte nas tarifas aplicadas sobre o vinho e outras bebidas alcoólicas, bem como sobre automóveis, a que acrescem vantagens para as empresas europeias nas exportações de serviços, incluindo em setores-chave como os serviços financeiros e marítimos.

A expectativa da Comissão Europeia é de que o acordo, a que apelidou de “a mãe de todos os acordos”, permita dupli-

car as exportações dos 27 para a Índia até 2032 e traga ganhos significativos para vários setores de atividade.

No caso de Portugal, os dados compilados pelo Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE), com base em estatísticas do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, revelam que, na última década, as exportações para a Índia mais do que duplicaram. Em 2014, Portugal exportava 121,5 milhões de euros

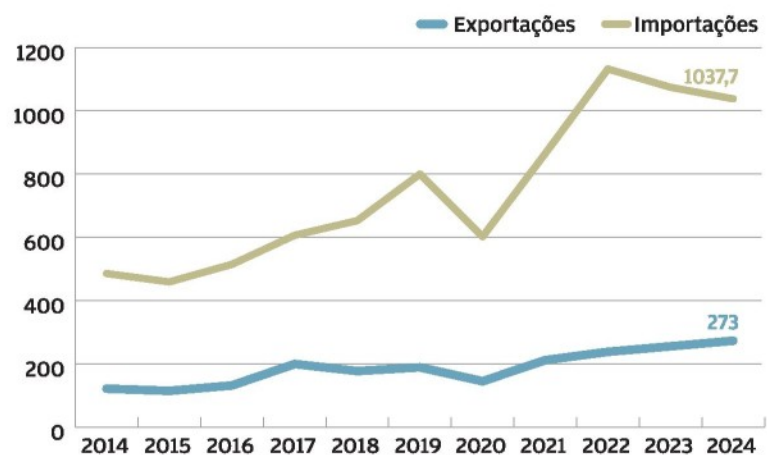
Na última década, as exportações para a Índia mais do que duplicaram. Acordo dá novo impulso.



IMPORTAÇÕES SUPERAM AS EXPORTAÇÕES

Evolução das exportações e importações de e para a Índia, em milhões de euros

As exportações portuguesas, de bens e serviços, da Índia duplicaram na última década. Exportações registaram um novo máximo em 2024, mas continuam a ficar bastante atrás das importações. Por essa razão, a balança comercial com o mercado indiano é deficitária para Portugal.



Fonte: GEE

273

EXPORTAÇÕES

Portugal exportou para a Índia 273 milhões de euros, em bens e serviços, em 2024. Valor foi o mais elevado de sempre.

743

EMPRESAS

Em 2024, existiam 743 empresas portuguesas que exportavam a Índia e mais de três mil que importavam daquele mercado.

em bens e serviços, sendo que esse valor disparou para 273 milhões de euros em 2024. Esse forte crescimento foi explicado tanto pelo aumento das vendas de mercadorias como de serviços.

Só em mercadorias, as exportações para o mercado indiano cresceram de quase 90 milhões de euros em 2014 para 177,1 milhões em 2024. Este foi o valor mais elevado de sempre a ser registado e os dados do INE apurados até novembro fazem antever um ano semelhante em 2025. Entre os bens mais exportados, destacam-se papel e pastas celulósicas, máquinas e aparelhos, metais comuns, produtos químicos e minerais e minérios.

Com o novo acordo, alguns dos produtos já exportados, como máquinas e produtos químicos, vão passar a ter uma isenção de tarifas. E outros produtos, como o vinho e azeite, podem ganhar peso com as vantagens comerciais contempladas.

Em serviços, as vendas nacionais para o gigante asiático aumentaram, na última década,

de 31,8 milhões para 95,9 milhões em 2024, com destaque para o turismo. Tal como aconteceu do lado das mercadorias, o valor exportado em serviços em 2024 foi o mais elevado a ser observado até à data e tem vindo em crescendo.

Com o acordo agora assinado, as exportações para a Índia podem vir a ganhar peso no comércio externo de Portugal. Considerando apenas as trocas de mercadorias, a Índia representa atualmente 0,23% do total das exportações portuguesas e ocupa o 42.º lugar na lista de principais clientes dos bens nacionais, aparecendo à frente de países como a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, com os quais Portugal tem relações históricas e proximidade linguística.

É de notar, no entanto, que a balança comercial com a Índia tem sido desequilibrada para Portugal, o que significa que o país importa mais do que vende aos indianos. O saldo da balança comercial de bens e serviços foi negativo para Portugal no valor de 764,6 milhões em 2024. Esse foi,

porém, o segundo ano consecutivo em que houve uma melhoria no saldo comercial com o mercado indiano, depois de em 2022 ter sido registado o “pico” com o total importado a superar em 894,2 milhões o total exportado.

Entre os produtos mais importados deste mercado asiático destacam-se os têxteis, máquinas e aparelhos, metais comuns, produtos químicos, plástico e borracha. As compras à Índia pesam 1% no total das importações portuguesas, com o país a aparecer no top 20 nacional como 16.º maior fornecedor.

Com o acordo a dar à UE a maior abertura comercial que a Índia já concedeu a qualquer parceiro, as empresas dos 27 vão conseguir exportar de forma mais barata e simples para o mercado indiano. Na última década, o número de empresas portuguesas que exportam para lá aumentou. Segundo o INE, havia 743 empresas portuguesas a exportarem para a Índia em 2024. Em sentido oposto, 3.216 empresas portuguesas importavam bens e serviços desse mercado. ■

PIBHub: “Portugal pode servir como uma plataforma para a Índia”

É com elevada expectativa que a associação Portugal-India Business Hub olha para o acordo comercial entre a UE e a Índia.

Está fechada a mega parceria comercial entre a União Europeia e a Índia, já apelidada pelo Governo indiano de “mãe de todos os acordos”. Para a associação empresarial Portugal India Business Hub (PIB-Hub) é um “sinal estratégico” que vai dar “previsibilidade e ajudar a que os investimentos possam acontecer”.

Altino Álvares, presidente do PIBHub, considera que os benefícios serão transversais a todo o bloco europeu, mas que Portugal pode ter um papel especial. “Vejo Portugal num ponto estratégico para a Europa. Apesar de estar no ponto oposto no sentido da Índia, se nos lembrarmos que, há 500 anos, Portugal tinha Goa como seu entreposto comercial no Índico, em que até Macau estava gerido por Goa, hoje, olhando para a União Europeia, a Índia pode ver Portugal, através do Atlântico, num ponto no Atlântico comercial. Daqui tem uma ‘gateway’ para a Europa, África e para a América do Sul”, disse, em entrevista no programa do Negócios no NOW.

O empresário lembra que ainda que os dois países tenham tido um maior afastamento após a anexação de Goa, têm hoje relações diplomáticas e culturais “muito

boas”. “Ainda ontem celebrámos o Dia da Índia com casa cheia. Percebe-se que há um interesse maior, mas tem que haver uma explicação, tem que haver conferências a explicar os mercados, tanto de um lado como do outro. Do lado da Índia também se desconhece o potencial de Portugal e da lusofonia”, explica.

Álvares salienta que é preciso olhar além de Goa e pôr os olhos também em Bombaim – território que chegou a ser administrado pelos portugueses, antes de passar para o domínio britânico. “Os empresários, quando se fala de Portugal, sabem que há uma história que liga Bombaim a Portugal. Porque é que eu estou a referir o Bombaim? É o centro económico da Índia, um dos principais, e acho que Portugal pode tirar partido dessa relação”, comentou.

A PIBHub, que conta com 50 associados registados e uma rede de mais de 200 empresários, descreve um interesse transversal dos empresários com quem contacta: “Quem quer fazer exportações olha para o mercado indiano e olha para o mercado indiano como um continente. São vários estados, várias dinâmicas e há espaço para muitos, eu diria quase todos os setores de Portugal”.

No entanto, Altino Álvares lembra que é preciso aproveitar o tempo que levará até a parceria entrar em vigor para a promover. “Temos de dar um sinal também no país politicamente”, e depois trabalhar como as empresas para que possam adaptar-se “a este mercado novo, que tem desafios culturais, tem desafios estratégicos”. “Se todos nos prepararmos, conseguimos tirar partido”, afirma. ■

“

Quem quer fazer exportações olha para o mercado indiano e olha para o mercado indiano como um continente.

ALTINO ÁLVARES
Presidente do PIBHub

INÊS SANTINHOS GONÇALVES

8

Perguntas e respostas sobre o acordo UE-Índia

Acordo fechado com a Índia vai permitir às empresas europeias exportarem de forma mais barata e simples. Comissão Europeia estima poupança de até 4 mil milhões em tarifas e espera duplicar as exportações para Nova Deli.

JOANA ALMEIDA joanaalmeida@negocios.pt

QUAIS AS PRINCIPAIS NOVIDADES DESTE ACORDO?

Por enquanto, ainda não são conhecidos todos os pormenores. É esperado que a assinatura formal do acordo aconteça apenas após uma análise jurídica que poderá durar entre cinco a seis meses e pode vir a alterar alguns detalhes do entendimento. Sabe-se, no entanto, que o acordo prevê a eliminação de tarifas sobre mais de 90% das exportações de mercadorias da UE para a Índia, o que deverá gerar uma poupança de até 4 mil milhões de euros por ano em direitos alfandegários sobre os produtos europeus, pelas contas da Comissão Europeia. Com esse corte nas tarifas, a UE terá a maior abertura comercial que a Índia já concedeu a qualquer parceiro. Assim, as empresas europeias terão acesso privilegiado a uma economia que está a crescer a um ritmo muito significativo e que está em vias de ultrapassar o Japão como a quarta maior do mundo.

QUE PRODUTOS ESTÃO ABRANGIDOS PELAS NOVAS TARIFAS?

A esmagadora maioria dos produtos europeus que são atualmente exportados para a Índia vão passar a ter tarifas zero ou muito próximas de zero. É o caso das máquinas e equipamentos elétricos, cujas exportações europeias valeram 16,3 mil milhões de euros em 2024 e que enfrentavam atualmente uma tarifa de 44%. O mesmo acontece com as exportações de aeronaves, equipamentos óticos, médicos e cirúrgicos, plásticos, produtos químicos, ferro e aço, e produtos farmacêuticos. No caso das exportações de pedras preciosas, está prevista uma isenção das tarifas para 20% dos produtos e uma redução para outros 36%. Está prevista ainda uma redu-

ção gradual das tarifas sobre automóveis, dos atuais 110% para 10%, tendo sido definida uma quota de 250.000 veículos por ano.

E OS PRODUTOS AGROALIMENTARES?

Este é um dos temas mais sensíveis do acordo. Até aqui, as exportações de produtos agroalimentares enfrentavam tarifas “frequentemente proibitivas” e, com o novo acordo, há a eliminação de algumas dessas tarifas ou a sua redução. Está prevista a isenção de tarifas para produtos como azeite, carne de carneiro e borrego, sumos de frutas e alimentos processados, como pães, bolos, massas, chocolate e ração para animais de estimação. No que toca ao vinho, há um corte significativo nas tarifas, que passam de 150% para 20% no caso de ser uma gama “premium” e 30% para gama “média”. Na cerveja, as tarifas passam para 50% e, nas restantes bebidas alcoólicas, caem para 40%. Em sentido contrário, a UE vai manter tarifas sobre importações de produtos agrícolas indianos sensíveis para a UE, como a carne de bovino, frango, bananas, mel, açúcar ou arroz. Vão ainda ser aplicadas quotas sobre alguns produtos como a carne de carneiro, borrego, uvas e pepino, estando previstas cláusulas de salvaguarda para atuar rapidamente caso um setor agrícola europeu seja desestabilizado.

QUAIS VANTAGENS PARA AS EXPORTAÇÕES DE SERVIÇOS?

Ao abrir as portas ao mercado indiano, este acordo vai permitir também às empresas europeias um acesso privilegiado ao mercado de serviços indianos, incluindo em setores-chave como os serviços financeiros e marítimos. No caso dos serviços fi-



Manish Swarup / AP

nanceiros, a Comissão Europeia garante que o acordo alcançado “supera o que a Índia concedeu a outros parceiros”.

O QUE EXPLICA A CONCLUSÃO DESTE ACORDO AGORA?

Há quase duas décadas que a UE estava a negociar um acordo comercial com a Índia. As negociações tiveram início em 2007 e estiveram praticamente paradas até ao ano passado, devido a receios ambientais e agrícolas. Com o regresso de Donald Trump à Casa Branca e o início da guerra de tarifas entre a UE e os Estados Unidos, o bloco europeu teve necessidade de acelerar alguns acordos comerciais que vinham a arastar-se há anos. Foi o caso do acordo com a Índia. Em fevereiro do ano passado, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, esteve em Nova Deli, onde afirmou que a Europa estava empenhada em desenvolver aquela a que chamou “uma

das parcerias definidoras deste século”. Para a Índia, o acordo é também vantajoso, tendo em conta que serve de alternativa aos Estados Unidos, mercado para o qual as suas exportações enfrentam atualmente tarifas de 50%.

O QUE SUBLINHA A COMISSÃO EUROPEIA?

Para a Comissão Europeia, “a União Europeia e a Índia estão a fazer história” ao concluir este acordo. “Concluimos o maior de todos os acordos comerciais e criamos uma zona de comércio livre com dois mil milhões de pessoas, da qual ambas as partes irão beneficiar”, anunciou a líder do executivo comunitário, numa publicação no X. A previsão é de que o acordo contribua para duplicar as exportações europeias para este gigante asiático. Segundo Ursula von der Leyen, este é “apenas o começo” de uma relação comercial que vai beneficiar as duas partes. A Comissão Europeia diz que quer “for-

talecer ainda mais a relação estratégica” com a Índia, numa altura em que os Estados Unidos aceleram na deriva protecionista.

E O QUE DIZ A ÍNDIA?

Também o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, considera que o acordo “traz benefícios substanciais para os 1,4 mil milhões de habitantes do país”, facilitando o “acesso dos agricultores e das pequenas indústrias aos mercados europeus”. Nas principais capitais europeias, ainda não há reações oficiais ao acordo, mas este acordo está longe de gerar a polémica do Mercosul, que teve luz verde do Conselho da UE recentemente. Do outro lado do Atlântico, também ainda não há reações oficiais, mas é de esperar que o acordo agora assinado caia mal a Donald Trump, que ainda não conseguiu fechar nenhum acordo com Narendra Modi e continua a impor tarifas de 50% sobre os produtos indianos que chegam a território norte-americano.

QUANTO EXPORTA E IMPORTA ATUALMENTE A UE PARA A ÍNDIA?

A União Europeia (UE) exportou um total de 48,8 mil milhões de euros em mercadorias para a Índia em 2024. Em sentido contrário, importou 71,4 mil milhões em bens, o que significa que a balança comercial é deficitária para os 27 Estados-membros. Os 27 exportam para a Índia sobretudo maquinaria, equipamento de transporte e químicos. No que toca aos serviços, a UE exportou 66 mil milhões de euros em serviços em 2024, com destaque para o turismo. Já as importações rondaram os 29 mil milhões, sendo esta balança positiva para a UE. As telecomunicações, computação e serviços de informação são os serviços mais exportados. ■

Empresas aplaudem “oportunidade estratégica” e “passo histórico”

As associações empresariais veem no acordo da União Europeia com a Índia um “marco muito relevante” para a Europa e Portugal. Indústria automóvel, agroalimentar – incluindo vinhos e azeite – e de tecnologia estão entre as que mais terão a ganhar.

HUGO NEUTEL*

hugoneutel@negocios.pt

A “mãe de todos os acordos” é um “passo histórico” e um “marco estratégico” que abre oportunidades para Portugal. É esta a reação de três das associações empresariais ao acordo firmado entre Bruxelas e Nova Deli.

O entendimento tem por objetivo exponenciar as relações comerciais entre o bloco europeu e uma das maiores economias mundiais, com uma população de cerca de 1,4 mil milhões de habitantes, e que tem registado crescimentos económicos em torno dos 6% a 7%, muito acima dos do Velho Continente. Um ritmo, que segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI) já coloca o país governado por Narendra Modi no quarto lugar das principais economias mundiais – ultrapassou o Japão – e deverá manter-se, estando Nova Deli já de olhos postos na ultrapassagem da Alemanha nos próximos cinco anos, o que a colocaria na terceira posição.

O entendimento Bruxelas-Nova Deli cria um mercado com dois mil milhões de consumidores que representa um quarto do PIB mundial. É, por isso, um “marco estratégico”, afirma o presidente da Associação Empresarial de Portugal (AEP). Para Luís Miguel Ribeiro, “num contexto internacional marcado por maior fragmentação geoeconómica e por tensões comerciais, trata-se de um sinal claro de abertu-

tura, previsibilidade, cooperação e aposta no comércio internacional como motor de crescimento económico”.

O diretor-geral da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), alinha na análise. “O acordo representa um passo histórico nas relações económicas entre a União Europeia e um parceiro estratégico de dimensão global”, entende Rafael Alves Rocha, para quem a Índia é “uma economia de grandes oportunidades”. O responsável não esquece, aliás, o recente volte-face no acordo com o Mercosul, que após ser assinado entre Bruxelas e o bloco constituído por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, foi enviado para análise do Tribunal de Justiça da União Europeia. Esse passo – ainda que temporário – vai causar demora no processo, o que dá ainda mais importância ao tratado assinado com Nova Deli. “Após o voto no Parlamento Europeu a semana passada, que atrasa novamente o acordo com o Mercosul, é importante que a União Europeia demonstre que con-

“

É um sinal claro de abertura, [...] e aposta no comércio internacional como motor de crescimento.

LUÍS MIGUEL RIBEIRO
Presidente da AEP



O acordo entre a União Europeia e a Índia abre oportunidade de aumentar as exportações portuguesas para aquele

Que setores podem ganhar e perder em Portugal?

O acordo abre oportunidades de crescimento para vários setores. Mas também vai haver uma potencial maior concorrência.

As indústrias automóvel e agroalimentar – com destaque para o vinho e azeite – poderão estar entre as que mais terão a ganhar com o acordo, concluem a Confederação Empresarial de Portugal (CIP), a Associação Empresarial de Portugal (AEP) e a Associação Industrial Portuguesa (AIP).

“Destacam-se a indústria automóvel e de componentes, com a redução gradual das tarifas sobre automóveis dos atuais 110% para valores que poderão chegar aos 10%, e a eliminação total das taxas sobre peças num horizonte entre cinco e dez anos”, realça Luís Miguel Ribeiro. O diretor-geral da CIP sublinha que os setores “automóvel, componentes e de maquinaria, que enfrentavam direitos aduaneiros particularmente elevados no mercado indiano, poderão ganhar competitividade com a sua redução progressiva”.

As associações convergem na análise que outro potencial ganhador é o setor agroalimentar. Trata-se de uma atividade na qual “o impacto poderá ser igualmente relevante, tendo em conta que os produtos da UE estão atualmente sujeitos a tarifas médias superiores a 36%, consideradas na prática proibitivas”, sustenta o presidente da AEP. “De destacar a redução das tarifas para o vinho e azeite, o que deverá contribuir para elevar o potencial de crescimento das exportações para os produtores nacionais. No vinho, as tarifas serão reduzidas dos atuais 150% para 75% com a entrada em vigor do acordo, prevendo-se uma descida gradual até aos 20%. No azeite, serão eliminadas de forma faseada, passando dos atuais 45% para 0%”, justifica Luís Miguel Ribeiro.

A CIP destaca ainda outro setor com potencial crescimento: a tecnologia e serviços, “nomeadamente serviços digitais,

110

AUTOMÓVEL

As tarifas para o setor automóvel e de componentes poderão ser reduzidas de 110% para 10%.

profissionais e financeiros, que tendem a beneficiar de maior liberalização e cooperação”.

As atividades com benefícios potenciais não se ficam por aqui. “A Índia está num processo intensivo de industrialização (‘Make in India’). As empresas portuguesas de moldes e engenharia de precisão podem encontrar um mercado vasto para fornecer componentes e tecnologia para as indústrias automóvel e aeroespacial indianas”, entende José Eduardo Carvalho. Também o setor da energia pode sair a ganhar: “Portugal é uma referência em energias limpas. O acordo facilita a exportação de serviços e tecnologia em energia eólica e solar”, realça. E destaca mais um: o acordo, diz, “abre oportunidades para FinTechs portuguesas num mercado indiano altamente digitalizado”.

Mas nem tudo são rosas. Também poderá haver setores prejudicados, como “o têxtil, vestuário e calçado, uma vez que a Índia é um dos maiores produtores mundiais com custos de mão de obra muito inferiores”, alerta José Eduardo Carvalho. Que deixa um segundo aviso: “No setor farmacêutico de genéricos, derivado da maior concorrência de genéricos indianos, podem ser pressionadas as margens dos produtores portugueses”.

HN/DM/PVR/RN

Paulo Duarte

tinua comprometida com uma agenda de abertura, cooperação e parcerias estratégicas”.

O entendimento permite ainda “diversificar mercados de exportação, reduzir dependências excessivas de parceiros tradicionais e reforçar a presença das empresas portuguesas em economias de elevado crescimento”, salienta Rafael Alves Rocha, alertando, no entanto, que “o objetivo não deve ser apenas reduzir ou eliminar os direitos aduaneiros, mas também abordar outros obstáculos fronteiriços e barreiras internas aos bens e serviços, incentivar o investimento e reforçar a cooperação regulamentar”.

Margem para crescer

“A balança comercial de bens permanece desfavorável para Portugal, com um défice de 889 milhões de euros em 2024. As exportações portuguesas para a Índia concentram-se sobretudo em pastas celulósicas e papel, que representaram cerca de 30% do total, seguindo-se máquinas e aparelhos (cerca de 20%), me-

tais comuns, produtos químicos e minerais e minérios”, nota o presidente da AEP. O acordo facilita, assim, um caminho de melhoria.

Também a Associação Industrial Portuguesa (AIP) aplaude o entendimento que “permite uma diversificação de mercados e reforçar a presença de Portugal fora da Europa, num mercado gigante”, escreve o presidente da organização. José Eduardo Carvalho salienta que o tratado cria uma das maiores zonas de livre comércio do mundo e não duvida que o tecido empresarial – e, por arrasto, o país – tem muito a ganhar. “Portugal poderá beneficiar da redução drástica de tarifas em setores onde possui forte tradição exportadora e qualidade reconhecida”, argumenta, acrescentando que o acordo abre ainda a porta a uma “maior integração das empresas portuguesas nas cadeias globais de valor, criando oportunidades adicionais de investimento, parcerias empresariais e reforço das ligações logísticas entre a UE e a Índia”. ■

*com DM, PVR, RN

“

Um passo histórico nas relações económicas entre a UE e um parceiro estratégico de dimensão global.

RAFAEL ALVES ROCHA
Diretor-geral da CIP

“

Portugal poderá beneficiar da redução drástica de tarifas em setores com tradição exportadora.

JOSÉ EDUARDO CARVALHO
Presidente da AIP



mercado.